



Exm^o Senhor
Ministro da Saúde
Adalberto Campos Fernandes

Sua referência

Sua data

Nossa referência
OF/0759/AML/17

Data
24-07-2017

Assunto: Rede de Cuidados Hospitalares

Sr. Ministro

Recebi, com data de 7.7.2017, um ofício da Sr.^a Presidente da ARS LVT, acompanhado de um documento intitulado “Rede de Equipamentos de Cuidados Secundários ou Hospitalares”, elaborado, segundo informa o ofício, na sequência da reunião realizada nesse Ministério e cujo conteúdo se destina à revisão da Carta de Equipamentos de Saúde.

Lamento que esta informação, crucial para a cidade de Lisboa, não venha acompanhada de nenhum estudo, nenhuma quantificação e nenhum suporte de planeamento da Rede Hospitalar de Lisboa. Lamento igualmente que numa única página deste documento se faça uma referência abreviada ao que se prevê para o novo Hospital de Lisboa Oriental (HLO), com 875 camas, cuja entrada em funcionamento está prevista para 2023, e se assinalem “alterações após a entrada em funcionamento do HLO” para as unidades incluídas no Centro Hospitalar de Lisboa Central (CHLC) que passam pelo seu desmantelamento ou descaracterização e que não foram democraticamente decididas por ninguém, que se saiba.

Para além de não se compreender como é que um hospital de 875 camas pode substituir as 1.307 camas do CHLC, não é aceitável que sejam desmantelados equipamentos hospitalares no centro da cidade em benefício de uma localização mais periférica e em prejuízo da identidade histórica de zonas e edifícios icónicos de Lisboa. A cidade não foi ouvida e certamente não aceitará ser assim subalternizada, nem muito menos desapossada de equipamentos públicos cruciais para a sua população.

Está assim a assembleia municipal de Lisboa perante um dilema insuportável: ou viabiliza a venda de mais uma extensa parcela de terreno municipal para a construção do novo HLO, cujo pressuposto é o desmantelamento do CHLC; ou não o faz e fica com o ónus de ter retardado o urgente lançamento do concurso para o novo hospital.



Sr. Ministro

Há uma terceira solução que tem de ser apresentada, em nome do interesse da cidade de Lisboa: construir o novo HLO o mais rapidamente possível, porque ele faz muita falta, e manter o CHLC, reconvertendo valências quando necessário, mas sem pôr em causa a existência de uma rede hospitalar e de cuidados de saúde digna desse nome no centro histórico da capital.

Irei agendar a proposta camarária de alienação dos terrenos municipais para o HLO na próxima 5ª feira, dia 27, não sem antes termos debatido na Assembleia Municipal a resposta recebida da ARS-LVT. Estamos em final de mandato, pelo que já não teremos ocasião de desenvolver a temática do futuro da rede hospitalar de Lisboa em sede de assembleia municipal. Mas creia, Sr. Ministro, que durante a próxima campanha autárquica e no mandato de quem vier a ser eleito em 1 de outubro, este será um tema central de que não abdicamos.

Reclamamos mais uma vez o direito e dever das populações em participar individual e coletivamente no planeamento e prestação dos cuidados de saúde, direito e dever, esses, aliás, consagrados no actual Plano Nacional de Saúde. Não ignoramos os nossos deveres para com o bem público, mas não prescindiremos do nosso direito a expressar, em nome da capital do país que nos elegeu, a nossa profunda discordância quanto à matéria de que tomámos conhecimento por um mero ofício da ARS-LVT e o nosso veemente protesto pela forma como estão a ser tomadas decisões sobre um tema tão importante e sensível para a cidade.

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente

Helena Roseta